

Entrevista ao Vereador da Educação

1/3

Na opinião do vereador da educação, professor Correia Pinto, a implementação das AEC, em Portugal, revela-se de grande importância quer pelos “desafios socioeconómicos quer pela necessidade de criar condições sociais e educativas de aproximação ao quadro europeu que integramos...” e, ao mesmo tempo, a escola passa “a contribuir também para o desenvolvimento de capacidades e aptidões dos alunos” e proporciona “sinergias de colaboração com os pais e encarregados de educação”.

Por outro lado, considera que as AEC trouxeram uma “melhoria do relacionamento entre a família e a escola” (idem) e permitiram à escola dar uma resposta “mais equitativa” e de acordo com as “diferentes necessidades das famílias”, acabando por produzir um “reconhecimento positivo por parte dos pais e encarregados de educação sobre esta oferta educativa.”

Segundo o vereador da educação, a entrada deste município no primeiro ano de arranque das AEC ficou-se a dever ao desafio que o ME fez a este município de “realizar em conjunto com os agrupamentos de escolas uma oferta de AEC.”. Para responder a este desafio lançado pelo ME, a autarquia, em 2005/06, procurou delinear com o apoio de uma instituição de ensino superior um projeto próprio de intervenção nesta área e testou-o antes de proceder à sua generalização. “Com o apoio da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, delineamos um modelo de escola a tempo inteiro como Centro Local de Educação Básica, que respondesse a uma prioridade educativa distinta e a uma intervenção pedagógica capaz de responder às necessidades das crianças e alunos” e que “iniciámos um projeto piloto, desenvolvido no terceiro período do ano letivo referido, abrangendo cerca de 3200 crianças, com uma oferta de atividades tão diversificada quanto as propostas socioeducativas de cada comunidade educativa.”.

Na perspetiva do professor Correia Pinto todos os municípios que aderiram a este programa “tiveram de fazer um investimento enorme.” O investimento associado às AEC apresenta “encargos de duas formas, os relativos à construção e requalificação do parque escolar (...) e os relacionados com todo o investimento necessário à implementação das AEC’s.”. “Durante cinco anos o financiamento previsto não chegou para cobrir todas as despesas”, tendo-se registado um custo por aluno/ ano “à volta dos 430 euros, em média, nos primeiros 4 anos do projeto.”. Neste momento, em que o parque escolar do 1ºCEB está praticamente todo ajustado às novas necessidades, os investimentos em material didático foram efetuados, “o custo por aluno já se aproxima do pacote previsto pelo Ministério da Educação”, sendo grande parte dele “destinado à contratação de docentes” .

Sequeira, J. (2012). **Atividades de Enriquecimento Curricular: a participação das autarquias na sua implementação e dinamização – Um estudo de caso**, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Administração e Gestão Escolar na Universidade Lusófona do Porto.

Entrevista ao Vereador da Educação

2/3

Para o vereador da educação, a câmara municipal de Matosinhos, sentiu a “necessidade de investimento na requalificação, ampliação e manutenção dos edifícios escolares...”, situação que levou a autarquia “nos últimos 6 anos a realizar um investimento na ordem dos 40 milhões de euros...” e está previsto a realização de um investimento “até 2013 de cerca de 22 milhões de euros...”. Até ao ano letivo de 2010/11, a autarquia em estudo efetuou a “requalificação total e ampliação e/ou construção de novos edifícios num total de 21, envolvendo 300 novas salas de aula para servir mais de 6500 alunos...”

No entanto, até estas alterações no parque escolar estarem concluídas, a autarquia “para as turmas em desdobramento recorreremos à solução de colocarmos salas pré-fabricadas, é claro, quando existia espaço na escola.” ao “aluguer de salas fora do espaço escolar...” e à “deslocação dos alunos para pavilhões desportivos municipais, para a realização da atividade física e desportiva.”

Para o professor Correia Pinto, a autarquia sentiu a “necessidade de criação de refeitórios escolares, de espaços polivalentes e mais recentemente, na construção de escolas que englobem espaços preparados para as diferentes valências educativas.”

De acordo com o vereador da educação, “a nossa prioridade contratar professores sempre que possível profissionalizados e no mínimo, licenciados na área respetiva.”. Para tal a autarquia passou a efetuar um “procedimento concursal que desenvolvemos todos os anos letivos é muito rigoroso, com critérios muito definidos o que permite dar continuidade aos excelentes professores que trabalham no concelho.”. No sentido de dar estabilidade a este corpo docente e um vínculo efetivo com as escolas “os professores deviam ser contratados a termo resolutivo, com todos os direitos inerentes.”. Assim, a autarquia em conjunto com os agrupamentos de escolas passou a “organizar os horários em regime flexível de pelo menos duas manhãs, o aumento da carga horária semanal dos professores das AEC’s, a opção por contratos de trabalho a termo resolutivo...”.

Entrevista ao Vereador da Educação

3/3

Na ótica do professor Correia Pinto, estes novos profissionais contratados para a lecionação das AEC precisavam de “formação mais dirigida para aquelas que são as orientações programáticas nas diferentes áreas das atividades de enriquecimento curricular...”. Para colmatar esta lacuna, a autarquia estabeleceu parcerias com a “Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), Centro de Formação Abel Salazar, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, com a Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica, com a APPI, para um trabalho de acompanhamento, aconselhamento pedagógico, desenvolvimento de materiais, observação de aulas e supervisão dos professores do Ensino do Inglês e com o Centro de Formação e Associação de Escolas de Matosinhos, centramos a formação dos professores nos domínios da supervisão pedagógica das AEC’s orientada”, efetuando uma aposta clara “ na formação certificada dos professores das AEC’s...”.

Segundo o vereador da educação, o “arranque do projeto contou com a vontade dos agrupamentos de escolas”, e a autarquia sempre procurar “acentuar a responsabilidade e a competência dos órgãos de administração das escolas na gestão dos recursos postos à sua disposição”, acentuando uma forte articulação entre a autarquia e os agrupamentos de escolas. A par disso, para o nosso entrevistado, os agrupamentos de escolas são “ouvidos na elaboração dos critérios também têm oportunidade de se manifestarem sobre a qualidade do trabalho desenvolvido por cada professor.”, e são fundamentais para irem “resolvendo e ultrapassando muitos constrangimentos” .

Sequeira, J. (2012). **Atividades de Enriquecimento Curricular: a participação das autarquias na sua implementação e dinamização – Um estudo de caso**, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Administração e Gestão Escolar na Universidade Lusófona do Porto.